

# Economia à margem da lei floresce em São Paulo

ZELÃO RODRIGUES

GLOBO

29 NOV 1967

132

SÃO PAULO — A cada mudança de sinal nos principais cruzamentos na capital paulista, um batalhão de vendedores ambulantes movimenta-se rapidamente. Eles têm pressa: sua clientela é muito rápida e só compra por impulso. Um movimento de dinheiro sem registro oficial. A invisibilidade da economia aumenta a cada quarteirão, a cada nova ação comercial fora das normas legais.

Assim, a oferta de um menino franzino no sinal de trânsito, ao ocupante do Fusca 77, tem uma conotação quase emocional: "Um buquê de rosas para a madame, doutor?" Talvez envaidecido pelo título ou agradecido pelo tratamento dispensado à companheira, o motorista faz compra. O entendimento, ou pacto social, que os políticos não conseguem realizar, a sociedade leva avante na prática, através da economia invisível que, na realidade, impede o País de parar.

Como é praticada a economia invisível? De todas as formas. Do vendedor ambulante, que já descaracterizou a arte outrora apreciada do camelô, aos caixas 2 das empresas. Passando pelos empregados sem registro, pelas atividades artesanais, pela compra de serviços através de propina. A maioria dessas pessoas gostaria de estar legalizada, mas isso custa muito caro, envolve riscos fu-

turos e, diante da incerteza, prefe-re a informalidade.

Muitos trabalhadores partem para a atividade por conta própria, como o grupo de negros que inventou o estacionamento "Zona Preta", no elegante bairro dos Jardins, em São Paulo. Os mais informados preferem atividades como o contrabando tipo **formiguinha**, do Paraguai: as pessoas vão àquele país, de onde trazem em sua bagagem individual, sem pagar imposto de importação, algumas mercadorias, que assim custam mu-ti mais barato que as similares no Brasil. Já as pessoas mais elegantes preferem trazer produtos livres de impostos da Zona Franca de Manaus ou diretamente de Miami, numa ati-vidade que começa a crescer entre os paulistas.

No estacionamento "Zona Preta", o grupo de negros fixou normas já assimiladas pelos clientes. Das 8h às 23h, os carros estão seguros e guardados. Cada usuário deixa a chave no quadro e vai tranqüilo trabalhar. Paga CZ\$ 150 por semana, inde-pendente do tamanho do carro. Os avul-sos pagam mais.

Conta o dono de escritório de contabilidade no Ipiranga, Carlos Roberto de Robbio, que cresce a cada dia o número de pessoas que desiste de legalizar suas empresas, ao tomar co-nhecimento das exigências. Preocu-pado com o seu ganha-pão, Robbio pede que os requisitos legais sejam dosados, começando-se a exigir o que

realmente se pode pagar. A alterna-tiva, diz ele, é não pagar nada.

Robbio comenta que há lojistas de carros que não fizeram o lan-camento de uma venda sequer, este ano. As feiras de automóveis, hoje, são fre-quentadas mais por vendedores de carro que aproveitam a reunião de tantos interessados para fazer ven-das sem pagar absolutamente ne-um encargo legal.

Antônio T. é serralheiro. Aprovei-tou-se de uma crise renal para um afastamento temporário da empresa em que trabalha. Chegou a rezar pa-ra ficar sob os cuidados do INPS du-rante algum tempo. Conseguiu. Em dois meses, ganhou o equivalente a seis de trabalho registrado, conser-tando portões, janelas, vitrões. Por que não abre sua própria empresa? Não consegue pagar os encargos, apesar de já ter todas as ferramen-tas. Como ele, pedreiros, bombeiros, eletricistas querem distância dos re-cibos, dos contratos. Os acertos são feitos verbalmente, longe do Gover-no e de sua voracidade.

Mas há o lado elegante da sonegação: as propinas fornecidas a com-pradores de empresas, cada vez mais comuns; as vendas sem nota, em que se miltiplcam os serviços; e os pre-ços duplos — "Com ou sem reci-bo?" A pergunta já se tornou tão ro-tineira quanto a resposta, após a in-formação sobre o desconto: sem reci-bo. E, naturalmente, sem impostos.